

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
EXTRAORDINÁRIA

Sessão do dia 08 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0321/2015

Conselheiro Relator: *Luiz Mário Massad Gomes da Silva*

Conselheiro Revisor: *Wilson Paulo Leite Ribeiro*

Recorrente: **DE JORGE HOTELARIA LTDA EPP**

Recurso Processo nº: 0.021.388/2015-1 de 11/03/2015

Auto de Infração SMF Nº. 0247/2011 Valor: R\$6.988,65

Nº 0248/2011 Valor: R\$17.412,64

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO PARCIAL** do Auto de Infração, acompanhando voto do relator revisor, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura do Auto de Infração e Apreensão nº 247/11 se deu em virtude da empresa ora Recorrente, CM 33748, ter recolhido a menor a Taxa de Funcionamento referente aos exercícios de 2007 a 2011, infringindo o disposto nos arts. nºs 267, 275 e 277 da Lei Complementar nº 043/97 e art. 3º, VIII da LC nº 203/2009 e a lavratura do Auto de Infração e Apreensão nº 247/11 se deu em virtude da empresa ora Recorrente, CM 28030, ter recolhido a menor a Taxa de Funcionamento referente aos exercícios de 2007 a 2011, infringindo o disposto nos arts. nºs 267, 275 e 277 da Lei Complementar nº 043/97 e art. 3º, VIII da LC nº 203/2009.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção parcial do Auto de Infração.

EMENTA

Tributário. Recurso Voluntário. Conselho Pleno. Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimento e Atividades. Lançamento resultante de fiscalização tributária posterior. Diferença de área utilizada em exercícios passados. Imodificabilidade de fato gerador ocorrido em exercício pretérito. Conceito de área construída introduzida em lei posterior, diverso do até então adotado no período considerado. Aplicação a exercícios pretéritos. Impossibilidade. Modificação introduzida nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento relativo a um mesmo sujeito passivo. Eficácia tão somente *ex nunc*. Reformado em parte o acórdão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais.

1. A Taxa de Licença para Funcionamento de estabelecimento e atividades tem seu fato gerador no exercício efetivo ou potencial do Poder de Polícia Administrativa, e consiste na fiscalização exercida sobre funcionamento de estabelecimentos e atividades no território do Município, para verificar observância à legislação do uso e ocupação do solo urbano e às posturas municipais, relativas à segurança, à higiene, à ordem e à tranquilidade pública e ao meio ambiente.

2. A Taxa de Licença para Funcionamento lançada de ofício e cobrada antecipadamente no início de cada ano, baseia-se no custo estimado da fiscalização em cada m² de área construída (utilizada) servidão da atividade do contribuinte.

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá
1ª Turma

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0322/2015

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Conselheira Revisora: *Neide Maria Loureiro Joaquim*

Recorrente: **FLORAMAP – PROJETOS, CONSULTORIA E MAPEAMENTO LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª instância Administrativa – Notificação Fiscal - Auto de Infração nº 037730/2014, de 21.02.2014

Recurso Processo nº: 0.035.898/2014-1 de 07/10/2014

Auto de Infração SMF Nº. 037730/2014 Valor: R\$ 230.692,51

EMENTA

Tributário. Recurso Voluntário. 1ª Turma. ISSQN. Serviços sujeitos a incidência do ISSQN no domicílio fiscal do prestador. Imposto retido e recolhido em municípios de diverso de Cuiabá. Competência do Município de Cuiabá para imposição e exigência do ISSQN. Pertinência da Notificação Fiscal - Auto de Infração nº 037730/2014 exigindo o ISSQN para o Município de Cuiabá. Auto de Infração que se mantém incólume.

1. Sujeitam-se a incidência do ISSQN no domicílio fiscal do prestador, os serviços de assessoria técnica, consultoria, gestão e supervisão ambiental de execução de obras de engenharia, elaboração de projetos, estudos e pesquisas ambientais, serviços de gerenciamento e supervisão de execução de Programas e de Plano de Controle Ambientais, consultoria Ambiental para observação de aspectos ambientais em região de influência de instalações de empreendimentos imobiliários e da execução de obras.

2. Compete ao município de domicílio da empresa prestadora, o ISSQN incidente sobre os Serviços constantes do item 7, subitens 7.03 e 7.20, inclusive do item 17, subitens 17.01, da lista de serviços relacionados no art. 239 da Lei Complementar nº 043/97 – Código Tributário Municipal, serviços esses que não se confundem com a execução de implantação de empreendimento ou com a execução de obras de engenharia e nem com a fiscalização de sua execução.

3. Os serviços prestados pela empresa Recorrente não se enquadram nas hipóteses do art. 239, Item 7, subitem 7.19 da Lei Complementar nº 043/97 – Código Tributário do Município, em relação as quais o art. 256-A, inciso III, da referida Lei Complementar dispõe que o ISSQN correspondente é devido no local da execução da obra.

4. ISSQN retido e indevidamente recolhido pelos tomadores dos serviços a municípios diversos do domicílio fiscal da empresa Recorrente.

5. Compete ao Município de Cuiabá a imposição e exigência do ISSQN incidente sobre os serviços prestados pela empresa Recorrente, por ser o município de localização do estabelecimento e domicílio fiscal da Recorrente.

6. Recolhimento do imposto ao erário de município diverso daquele competente para a imposição do imposto, não implica satisfação da obrigação tributária pelo contribuinte.

7. Decisão de 1ª Instância Administrativa e Auto de Infração que se mantém incólumes.

Recurso conhecido e Improvido.

Decisão da 1ª Turma Julgadora do Conselho de Recursos Fiscais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0322/2015

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Conselheira Revisora: *Neide Maria Loureiro Joaquim*

Recorrente: **FLORAMAP – PROJETOS, CONSULTORIA E MAPEAMENTO LTDA**

Recorrido: Decisão de 1ª instância Administrativa – Notificação Fiscal - Auto de Infração nº 037730/2014, de 21.02.2014

Recurso Processo nº: 0.035.898/2014-1 de 07/10/2014

Auto de Infração SMF Nº. 037730/2014 Valor: R\$ 230.692,51

ACÓRDÃO

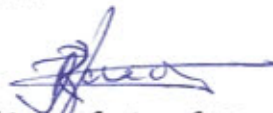
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Conselheiros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, em **reunião ordinária**, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Pedro Marcelo de Simone, na conformidade da ata de julgamento, **por maioria de votos, em conhecer e improver** o Recurso, nos termos do voto da Conselheira Revisora, **ratificar** a Decisão de 1ª Instância Administrativa. Votaram com a Revisora os Conselheiros: 1. Pedro Marcelo de Simone; 2. Marli de Paula Vilella; 3. Samuel Barrem da Silva. Votou com o relator o conselheiro Jose Edemir Moreira Fernandes. O conselheiro Vitor de Oliveira Tavares se absteve de proferir o voto por não ter participado da primeira sessão na qual foi lida o voto do relator.

Presente no julgamento a Representante Fiscal do Município da 1ª Turma Julgadora, Dra. Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis.

Cuiabá-MT, 30 de outubro de 2015.



Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Jesse Rodrigues de Arruda Barros
Conselheiro Relator



Neide Maria Loureiro Joaquim
Conselheira Revisora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0323/2015

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES URBANO LTDA**

Recurso Processo nº: 0.050.191/2015-1 de 19/05/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 65791 Valor: 50 UFIR's

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, transitou sem placa lateral de itinerário, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 1º c/c art. 3º da Lei nº 4406/03.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 65791. Transitou sem placa lateral de itinerário. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Garantido os princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Reincidência específica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.015



Pedro Marcelo de Simone

Presidente da Turma



Marli de Paula Vilella

Conselheira Relatora



Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0324/2015

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES URBANO LTDA**

Recurso Processo nº: 0.050.207/2015-1 de 19/05/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 65789 Valor: 50 UFIR's

ACÓRDÃO


O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, transitou sem placa lateral de itinerário, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 1º c/c art. 3º da Lei nº 4406/03.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 65789. Transitou sem placa lateral de itinerário. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Garantido os princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Reincidência específica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.015


Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma


Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0325/2015

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES URBANO LTDA**

Recurso Processo nº: 0.050.189/2015-1 de 19/05/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 65790 Valor: 50 UFIR's

ACÓRDÃO

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, transitou sem placa lateral de itinerário, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 1º c/c art. 3º da Lei nº 4406/03.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 65790. Transitou sem placa lateral de itinerário. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Garantido os princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Reincidência específica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.015



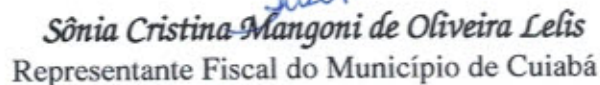
Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0326/2015

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES URBANO LTDA**

Recurso Processo nº: 0.050.211/2015-1 de 19/05/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 65697 Valor: 50 UFIR's

ACÓRDÃO

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, transitou sem placa lateral de itinerário, acarretando prejuízo insanoável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 1º c/c art. 3º da Lei nº 4406/03.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 65697. Transitou sem placa lateral de itinerário. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Garantido os princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Reincidência específica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

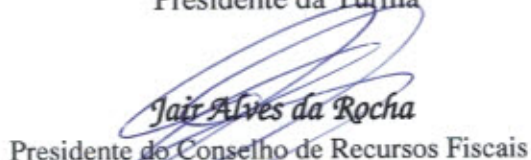
Cuiabá, 30 de outubro de 2.015



Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 20 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0327/2015

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **EXPRESSO NORTE SUL TRANSPORTES URBANO LTDA**

Recurso Processo nº: 0.050.206/2015-1 de 19/05/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 65691 Valor: 50 UFIR's

ACÓRDÃO

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, transitou sem placa lateral de itinerário, acarretando prejuízo insanoável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 1º c/c art. 3º da Lei nº 4406/03.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 65691. Transitou sem placa lateral de itinerário. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Garantido os princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Reincidência específica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.015



Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma



Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora



Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0328/2015

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recurso Processo nº: 0.015.946/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 45123 Valor: R\$500,00

ACÓRDÃO

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 17, I da Lei nº 4094/01 regulamentada pelo Decreto nº 4214/04, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no Anexo 03, Grupo 05, Código de Infração "a" do Vínculo Jurídico de Delegação do Serviço.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 45123. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Não cumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Ciência pelo preposto. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.015

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0329/2015

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recurso Processo nº: 0.015.944/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 45121 Valor: R\$500,00

ACÓRDÃO

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 17, I da Lei nº 4094/01 regulamentada pelo Decreto nº 4214/04, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no Anexo 03, Grupo 05, Código de Infração "a" do Vínculo Jurídico de Delegação do Serviço.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 45121. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Não cumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Ciência pelo preposto. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.015

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0330/2015

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recurso Processo nº: 0.015.940/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 45239 Valor: 50 UFIR's

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, por transitar sem a placa lateral de itinerário, acarretando prejuízo insanoável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 1º e 3º da Lei nº 4406/03.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 45239. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Transitou sem a placa lateral de itinerário. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Ciência preposto. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.015

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0331/2015

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recurso Processo nº: 0.015.952/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 49533 Valor: R\$500,00

ACÓRDÃO

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, por não atender a ordem de parada do usuário, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 82, VII e X da Lei nº 4094/01 regulamentada pelo Decreto nº 4214/04, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no Anexo 03, Grupo 05, Código de Infração "a" do Vínculo Jurídico de Delegação do Serviço.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 49533. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Não cumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU por não atender a ordem de parada do usuário. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Ciência pelo preposto. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.015

Rosbeck Bucair
Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis
Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0332/2015

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recurso Processo nº: 0.015.942/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 49274 Valor: R\$500,00

ACÓRDÃO

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, por não cumprir a Notificação nº 090032 de 28/12/2012, a qual instruía o conserto do pega mão, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 44, II da Lei nº 4094/01 regulamentada pelo Decreto nº 4214/04, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no Anexo 03, Grupo 05, Código de Infração "a" do Vínculo Jurídico de Delegação do Serviço.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 49274. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Não cumpriu com a Notificação nº 090032 de 28/12/2012, a qual instruía o conserto do pega mão. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Ciência pelo preposto. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.015

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0333/2015

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recurso Processo nº: 0.015.957/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 49270 Valor: 05 UPF's

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

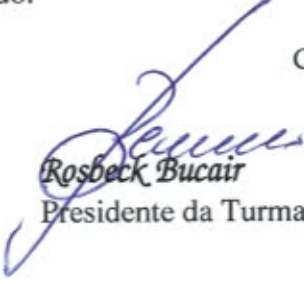
O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente circulado com o veículo em más condições de funcionamento, infringindo o disposto na Lei nº 1789/81 c/c Decreto 4.214/04, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no Art. 56, II c/c art. 58, §2º, Item 102, Grupo I do mesmo diploma legal.

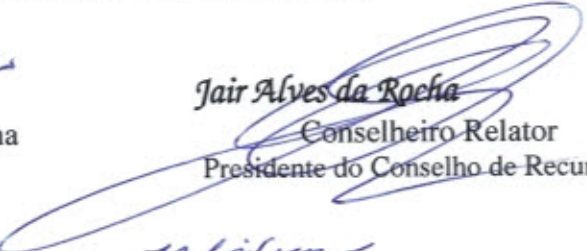
A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.


EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 49270. Veículo circulando em más condições de funcionamento. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Ciência preposto. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.015


Rosbeck Bucair
Presidente da Turma


Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0334/2015

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recurso Processo nº: 0.015.956/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 49269 Valor: R\$100,00

ACÓRDÃO

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, por apresentar problema na catraca e/ou validador, infringindo o disposto no art. 72 e 76 da Lei nº 4094/01 regulamentada pelo Decreto nº 4214/04, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no Anexo 03, Grupo 08, Código de Infração "e" do Vínculo Jurídico de Delegação do Serviço.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 49269. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Não cumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU por apresentar problema na catraca e/ou validador. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Ciência pelo preposto. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.015

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0335/2015

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recurso Processo nº: 0.015.955/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 49292 Valor: R\$1.000,00

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, por colocar veículo em circulação em más condições de segurança, colocando em risco a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 17, II c/c art. 70 da Lei nº 4094/01 regulamentada pelo Decreto nº 4214/04, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no Anexo 03, Grupo 08, Código de Infração "a" do Vínculo Jurídico de Delegação do Serviço.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 49292. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Não cumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU por colocar veículo em circulação em más condições de segurança. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Ciência pelo preposto. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.015

Rosbeck Bucair
Presidente da Turma

Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0336/2015

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recurso Processo nº: 0.015.960/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 49262 Valor: 05 UPF's

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

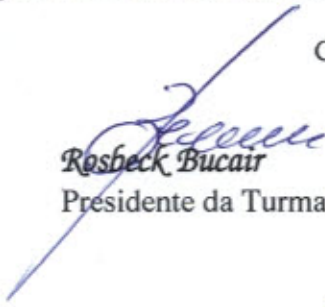
O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, por colocar veículo em circulação em más condições de funcionamento, porta do meio não abrindo, infringindo o disposto no Decreto nº 4214/2004 e Lei nº 1.789/81, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 56, II c/c art. 58, II, item 102, Grupo I do mesmo diploma legal.


A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 49262. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Não cumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU por colocar veículo em circulação em más condições de funcionamento, porta do meio não abrindo. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Ciência pelo preposto. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.015


Rosbeck Bucair
Presidente da Turma


Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0337/2015

Conselheiro Relator: *Jair Alves da Rocha*

Recorrente: **INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA**

Recurso Processo nº: 0.015.937/2015-1 de 26/02/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 49809 Valor: 10 UPF's

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

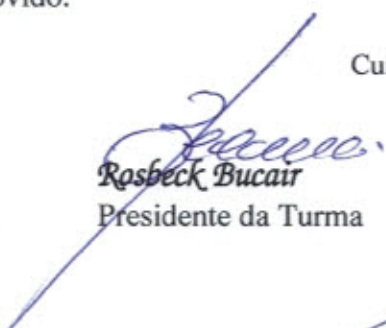
O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, por não providenciar junto a empresa a limpeza do veículo, infringindo o disposto no Decreto nº 4214/2004 e Lei nº 1.789/81, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 56, II c/c art. 58, II, item 203, Grupo II do mesmo diploma legal.


A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 49809. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Não cumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU por não providenciar junto a empresa a limpeza do veículo. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Ciência pelo preposto. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.015


Rosbeck Bucar
Presidente da Turma


Jair Alves da Rocha
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0338/2015

Conselheiro Relator: *Luiz Mario Massad Gomes da Silva*

Recorrente: **ALOCAR LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 0.072.900/2015-1 de 14/07/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 63061 Valor: R\$ 250,00

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

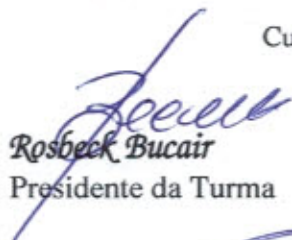
O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não atendeu o pedido de parada no embarque pelo usuário, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 1º, II da Lei nº 5.766/13, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no Anexo 01, Grupo 03, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA


Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 63061. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Não atendeu o pedido de parada no embarque pelo usuário. Instituto da decadência pleiteado não encontra respaldo jurídico. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Ciência pelo preposto. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.015


Rosbeck Bucair
Presidente da Turma


Luiz Mario Massad Gomes da Silva
Conselheiro Relator


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0339/2015

Conselheiro Relator: *Luiz Mario Massad Gomes da Silva*

Recorrente: **ALOCAR LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 0.072.892/2015-1 de 14/07/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 63069 Valor: R\$ 250,00

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**


O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não atendeu o pedido de parada no embarque pelo usuário, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 1º, II da Lei nº 5.766/13, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no Anexo 01, Grupo 03, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA


Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 63069. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Não atendeu o pedido de parada no embarque pelo usuário. Instituto da decadência pleiteado não encontra respaldo jurídico. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Ciência pelo preposto. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.015


Rosbeck Bucair
Presidente da Turma


Luiz Mario Massad Gomes da Silva
Conselheiro Relator


Jair Alves da Rocha
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0340/2015

Conselheiro Relator: *Luiz Mario Massad Gomes da Silva*

Recorrente: **ALOCAR LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 0.008.832/2015-1 de 04/02/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 64624 Valor: R\$ 250,00

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, por descumprir o horário de viagem programado para a linha das 14:50hs, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 1º, II da Lei nº 5.766/13, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no Anexo 01, Grupo 03, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 646624. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Por descumprir o horário de viagem programado para a linha das 14:50hs. Instituto da decadência pleiteado não encontra respaldo jurídico. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Ciência pelo preposto. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.015

Rosbeck Bucair
Rosbeck Bucair

Presidente da Turma

Luiz Mario Massad Gomes da Silva
Luiz Mario Massad Gomes da Silva

Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha
Jair Alves da Rocha

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis
Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 21 de outubro do ano 2.015

Acórdão e Ementa nº 0341/2015

Conselheiro Relator: *Luiz Mario Massad Gomes da Silva*

Recorrente: **ALOCAR LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 0.072.884/2015-1 de 14/07/2015

Auto de Infração SMTU Nº. 63072 Valor: R\$ 250,00

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não atendeu o pedido de parada no embarque pelo usuário, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 1º, II da Lei nº 5.766/13, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no Anexo 01, Grupo 03, Código de Infração "e" do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Decisão de 2ª Instância Administrativa. Auto de Infração n. 63072. Não atendimento de regras impostas ao serviço de transporte municipal. Não atendeu o pedido de parada no embarque pelo usuário. Instituto da decadência pleiteado não encontra respaldo jurídico. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Dispositivos legais municipais aplicados com fundamento na infração em total pertinência com a conduta da autuada. Ciência pelo preposto. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 30 de outubro de 2.015

Rosbeck Bucair

Presidente da Turma

Luiz Mario Massad Gomes da Silva

Conselheiro Relator

Jair Alves da Rocha

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá